


TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE IBATÉ
FORO DE IBATÉ
VARA ÚNICA
RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min
SENTENÇA

Processo Digital nº: **1000026-39.2015.8.26.0233**
 Classe - Assunto: **Procedimento Comum - Fornecimento de Energia Elétrica**
 Requerente: **Ingrid Nascimento Cristalli e outro**
 Requerido: **Companhia Paulista de Força e Luz - Cplf**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Eduardo Cebrian Araújo Reis**

Vistos.

Ingrid Nascimento Cristalli e Alessandro Tersigni ajuizaram ação de obrigação de fazer com pedido de tutela provisória em face da **Companhia Paulista de Força e Luz** sustentando, em síntese, que são possuidores de imóvel rural e tiveram negado pedido de fornecimento de energia elétrica.

Indeferida a tutela provisória, os autores interpuseram agravo de instrumento (fls. 41 e 45).

Citada, a ré apresentou resposta mencionando impossibilidade de efetivar o fornecimento de energia porquanto os autores não atendem aos requisitos previstos no artigo 27 da Resolução Normativa ANEEL nº 414/2010.

Houve réplica (fls. 95/99).

Deu-se provimento ao agravo interposto (fls. 127/165).

Instadas as partes, a autora manifestou desinteresse na produção de provas (fls. 187/189). Silente a ré (fls. 189).

É o relatório.

Fundamento e Decido.

O julgamento imediato está autorizado pelo artigo 355 do Código de Processo Civil e pelo desinteresse das partes na produção de provas, direito que declaro precluso.

A ação é procedente.

Autores e ré enquadram-se nos conceitos de fornecedor e consumidor a que se referem os artigos 2º e 3º do Código de Defesa do Consumidor.

Além disso, verifica-se a menor aptidão dos autores, em contraposição à requerida, para a produção das provas necessárias à efetivação de seu direito.

Impõe-se, em consequência, a inversão do ônus da prova, com fundamento no artigo 6º, inciso VIII, do CDC.



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE IBATÉ

FORO DE IBATÉ

VARA ÚNICA

RUA ALBANO BUZO, 367, Ibaté - SP - CEP 14815-000

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

Verifica-se que, efetivamente, os requerentes estão privados da utilização de serviço público essencial, em decorrência de entrave que não lhes pode ser oposto, porquanto, extrai-se da prova documental colacionada, desfrutam da posse do imóvel em que pretendem a ligação de energia.

Trata-se de questão atinente ao princípio da dignidade humana, conforme ressaltado na petição inicial, a autorizar a correção pela via jurisdicional.

Nesse aspecto, consoante assinalado a fls. 147, "*até que ocorra a regularização do imóvel com outorga da Escritura Pública, a agravada [requerida] deverá disponibilizar energia elétrica na propriedade em questão, lembrando que os Autores possuem instrumento particular de Venda e Compra do bem o que, perfunctoriamente, demonstra aquisição do lote mediante boa-fé*".

Absteve-se a requerida de produzir provas, de modo que a medida deferida em juízo de cognição sumária deve ser tornada definitiva.

Ante o exposto, **JULGO PROCEDENTE** o pedido, convolvando em definitiva a tutela de urgência deferida pela Superior Instância e determinando que a ré proceda ao fornecimento de energia elétrica no endereço indicado na inicial, no prazo de 48 horas, sob pena de arcar com multa diária de R\$ 500,00.

Eventual cobrança decorrente do descumprimento deverá ser promovida em autos próprios.

Interposta apelação, intime-se a parte recorrida para apresentação de contrarrazões e, na sequência, encaminhem-se os autos à Superior Instância, com as homenagens do Juízo.

P.I. Oportunamente, arquivem-se.

Ibaté, 05 de outubro de 2016.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**